

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

TERRITÓRIOS DE IN (EX)CLUSÃO SOCIAL: expressões na cidade de Paranavaí-PR

Marília Gonçalves Dal Bello¹
Jéssica Mariana da Conceição da Silva²
Oséias da Silva Martinuci³

RESUMO

O estudo propõe-se a compreender a relação de exclusão/inclusão e suas expressões nos territórios intraurbanos de Paranavaí-PR. Considerou-se para tanto, os anos de 2010 e 2020, em grande parte sob o comando dos governos petistas, cuja proposição foi de enfrentamento as desigualdades sociais, mediante o desenvolvimento econômico com justiça social. Como metodologia adotou-se abordagem qualitativa com base em estudo de caso, e coleta de dados nas bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2010). O estudo recorre as reflexões sobre desigualdade e exclusão, com o fim de tecer sucessivas aproximações com os territórios intraurbanos a Paranavaí, a partir de um mapa síntese composto por 10 indicadores. Os resultados obtidos apontaram que o território de Paranavaí, segue deste a sua gênese produzindo desigualdades, que, agravadas pela gestão de políticas públicas, incapazes de produzir efeitos sobre as desigualdades sociais, sinalizam para processos excludentes, expressos em diversos territórios intra urbanos.

Palavras-chave: 1. Exclusão. 2.Território. 3.Políticas Públicas

¹ Universidade Estadual do Paraná (Unespar-Campus Paranavaí); doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); e - mail marilia.dalbello@unespar.edu.br

² Universidade Estadual do Paraná (Unespar-Campus Paranavaí); bolsista PIBIC (2019-2021), atualmente graduada em Serviço Social; e - mail jessicamarianac63@gmail.com

³ Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em Geografia pela UNESP, campus de Presidente Prudente (2013). Pesquisador do Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP) e do Grupo de Estudos e Pesquisas "Sociedade, Ambiente e Geotecnologias" (GEPAG); e - mail osmartinuci@uem.br

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ABSTRACT

For the development of the study, the general objective was to understand the exclusion/inclusion relationship and its expressions in the intra-urban territories of Paranavaí-PR. For this purpose, between the years 2010 and 2020, disseminated by the PT governments as marked by economic development with social justice, was considered. As a methodology, a qualitative approach was adopted based on a case study, and data collection from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) databases. The study resorts to reflections on inequality and exclusion, in order to weave successive approximations with intra-urban territories, based on a synthesis map composed of 10 indicators. The results showed that the territory of Paranavaí follows its genesis producing inequalities, which, aggravated by the management of public policies, unable to produce effects on social inequalities, signal exclusionary processes, expressed in several intra urban territories.

Keywords: 1.Exclusion. 2.Territory. 3.Public policy

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema exclusão social e território. A partir daí, definiu-se como objetivo refletir sobre a relação de desigualdade e exclusão/ inclusão social nos territórios intraurbanos ao município de Paranavaí (2010-2020). A delimitação do tema foi motivada pela experiência extensionista (2019-2021), cuja proposta foi a de construção do Mapa Social do Município de Paranavaí. A iniciativa partiu do Grupo de Estudos em Estado, Administração e Políticas Públicas (Gepop) da Universidade estadual do Paraná (Unespar), em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas "Sociedade, Ambiente e Geotecnologias" (GEPAG), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e, vinculado a aplicação de metodologia para criação de mapeamento desenvolvida e aprimorada pelo Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP) da Universidade Estadual Paulista, dedicado há mais de 20 anos ao estudo das desigualdades e exclusões de cidades e territórios.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A metodologia para a elaboração do Mapa Social de Paranaíba, baseou-se em um sistema de indicadores (JANNUZZI, 2012), definido a partir de um conceito (exclusão social), composto por quatro dimensões (educação, renda, demografia e infraestrutura) e 10 indicadores simples e um composto. Com a finalidade de facilitar a reprodução da metodologia, lança-se mão dos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referente ao período de 2010-2020, de acesso fácil e gratuito. Considerando isso, construiu-se um mapeamento com os seguintes indicadores, agregados e representados por setores censitários (divisões intraurbanas): 1) Domicílios sem Banheiro; 2) Domicílios com quatro banheiros ou mais 3) Domicílios ligados à rede de esgoto 4) Pessoas residentes por domicílio 5) Chefes de família de 10 a 19 anos 6) Chefes de família com renda até dois salários mínimos 7) Chefes de família sem rendimento 8) Chefes de família com renda superior a 20 salários mínimos 9) Analfabetismo de 10 a 14 anos 10) Chefes de família com baixa escolaridade 11) Indicador de Inclusão/exclusão social (indicador síntese)

Após a coleta, síntese e mapeamento dos dados coletados, reuniu-se um conjunto de dados, que possibilitaram uma ampla análise sobre as relações de inclusão/exclusão social presentes nos territórios intraurbanos à cidade de Paranaíba. Para tanto, a partir dos dados coletados e georreferenciados, a proposição para o estudo apresentado, é o de compreender e refletir sobre as relações de exclusão/inclusão social nos territórios intraurbanos à cidade de Paranaíba, tendo base o mapa síntese dos 10 indicadores elencados para o estudo. Isso implica considerar compreensões no campo dos estudos sobre desigualdade e exclusão social.

Demarcado isto, é importante considerar a relação entre exclusão social e desigualdade social apresentada nos estudos de Vieira et al (2010). Para os autores, as desigualdades sociais se apresentam como uma situação estrutural, no modo de produção capitalista e não como um processo. Deste modo, as desigualdades sociais são fundamentais para a produção, manutenção e promoção da exclusão social, que por sua vez, materializa-se por meio da gestão política que evidentemente é influenciada por tais processos.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nessa perspectiva, pode-se considerar, que os territórios intraurbanos, expressam as relações de inclusão/exclusão social na medida em que evidenciam traduções territorialmente distintas da desigualdade de oportunidades urbanas que se definem nas cidades brasileiras (ROLNIK, 1999).

Para a elaboração do estudo proposto, recortou-se a cidade de Paranavaí-PR, seus territórios intraurbanos, perpassados por relações de desigualdade e exclusões. Para tanto, adotou-se metodologia com base em abordagem qualitativa, calcada em estudo de caso. Isso permitiu investigação aprofundada de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar, para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações. Quanto à origem e significado do estudo de caso, Ventura (2007), destaca sua característica a partir da proposição em estudar uma unidade, bem delimitada e contextualizada, com a preocupação de não analisar apenas o caso em si, como algo à parte, mas o que ele representa dentro do todo e a partir daí. O estudo apresenta em um primeiro momento uma discussão sobre a compreensão de desigualdade social, cujo agravamento, expressa processos excludentes, frente aos limites do Estado, no campo da gestão das políticas públicas, de produzir efeitos sobre a desigualdade social. Em um segundo momento, apresenta as relações de exclusão/inclusão social entre os territórios intra urbanos à cidade de Paranavaí, bem como as possíveis relações com o contexto maior de desigualdade social no Brasil entre (2010 e 2020).

2. DESIGUALDADE E INICIATIVAS AO SEU ENFRENTAMENTO (2010-2020)

Com base em estudos, de Vieira et al (2010), vinculado ao CEMESPP/Unesp, as desigualdades sociais são estruturais e intrínsecas ao modo de produção capitalista, cuja característica histórica predominante no Brasil, evidencia-se pela concentração de riquezas e desigualdades, agravadas frente a gestão de políticas públicas, que limitada a enfrentar tais desigualdades, desencadeiam processos de exclusões sociais permanentes.

Com foco no estudo das relações de inclusão/exclusão social, a partir de dados do IBGE (2010-2020), pertinente se faz, trazer a baila, o contextos dos governos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



petistas (2003-2016). Nesse período houve a preocupação em associar políticas de desenvolvimento econômico à redução da desigualdade, sem, entretanto, promover alterações às políticas macroeconômicas neoliberais. (Guerra, 2017). Isso contribuiu sobremaneira, para que processos desiguais e excludentes não sofressem alterações.

Em termos de política monetária, além do aumento sistemático do salário mínimo, que afetou trabalhadores, aposentados e pensionistas, houve uma pequena melhora na distribuição pessoal de renda, decorrente de transferências monetárias, vinculada sobretudo ao programa Bolsa Família, solidificado em 2004. Esse, inserido como o maior programa focalizado de transferência de renda e combate à pobreza do Brasil e da América Latina.

Decorrente destes fatores, como já citado, houve uma significativa redução da desigualdade de renda evidenciada pelo coeficiente de Gini, medida utilizada para observar o grau de concentração de renda em determinado grupo. Assim, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), com base na renda domiciliar *per capita*, verificou-se uma queda de 0,5704 em 2004 para 0,5401 em 2009. Em comparação com os anos 2000, o censo de 2010 evidenciou um aumento no rendimento médio mensal de todos os trabalhadores, passando de R\$1.275 para R\$1.345,00, um ganho real de 5,5%.

Deste modo, a queda da desigualdade de renda em grande medida esteve associada também ao maior investimento nas políticas de previdência social e assistência social. Dado que, remete ao trabalho de Lavinias (2011) com base nos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal- SIAFI, durante o período de 2001 a 2009. Segundo o estudo, os maiores valores investidos em políticas públicas, foi no governo Lula, quando somou em 2009 R\$ 345 bilhões, vinculados principalmente ao financiamento de benefícios de renda, vinculados a Política de Assistência Social. Embora, os governos petistas, tenham promovido iniciativas no período que alavancaram a política salarial, mediante a inserção no mercado formal de trabalho, os investimentos nesse campo, foi de R\$ 211 bilhões,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



inferior aos 134 bilhões destinados pagamento de benefícios via transferência de renda.

Sobre isso, estudos de Arretche (2018), tem apontado que a compreensão sobre a desigualdade social, para além da renda, abrange também uma dimensão não monetária. Para a autora, a desigualdade monetária define-se pela renda dos indivíduos, enquanto a não monetária, ultrapassa a renda, abrangendo outras dimensões da vida, tais como acesso a serviços públicos, condições de vida e capacidades.

Nessa perspectiva, a desigualdade econômica é afetada por diversos fatores, tanto os exógenos que envolvem mudanças demográficas, forças de trabalho e comportamentos sociais, como os fatores políticos. As desigualdades são assim, mediadas por políticas quais sejam, ações governamentais que afetam a distribuição da renda ou do acesso a serviços. (ARRETCHÉ, 2018).

Considera-se assim que, se por um lado houve uma melhoria nas condições de pobreza, decorrente da renda, o mesmo não ocorreu em relação ao enfrentamento às desigualdades associadas ao acesso às políticas sociais.

Diante disso, o sistema de proteção social deixou de fora outras dimensões essenciais ao bem-estar e à segurança da população, como habitação, urbanismo e saneamento, setores que concentram as maiores carências e são imprescindíveis para a redução da desigualdade social e seus processos excludentes. Conforme aponta estudos de Lavinás (2011), com base em dados do SIAF (2001 – 2009), o total investido em habitação e urbanismo, em 2009, durante o segundo governo Lula, foi de apenas R\$ 45 bilhões e em saneamento somente de R\$ 243 bilhões de reais. Com Educação, os investimentos somaram R\$ 124 bilhões. De acordo com Lavinás (2007) estas políticas são negligenciadas entre as prioridades sociais do governo, de modo que, a execução do gasto social é descentralizada e delegado à esfera local ou estadual.

Logo, a redução dos gastos federais na política de habitação e saneamento, limitou que o Brasil avançasse, por exemplo no acesso a rede de coleta de esgoto,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



acessível a apenas 64,06%, da população e ao acesso ao banheiro, ausente em 3.562.671 dos domicílios no Brasil, conforme aponta o Censo do IBGE de 2010.

A existência de esgoto a céu aberto é uma das características que configuram o meio ambiente urbano no entorno dos domicílios, sobretudo naqueles sem banheiro e sem acesso à coleta de lixo. A falta de acesso a esses serviços evidenciam a precariedade da infraestrutura urbana que impactam diretamente na qualidade de vida dos moradores, pois, quanto maior o número de domicílios com esgoto a céu aberto, mais precárias e inadequadas se mostram as condições de vida da população. Assim sendo, se por um lado houve melhorias nas condições dos domicílios, sobretudo na densidade adequada de moradores por dormitório, que segundo o IBGE é de até 2 pessoas por dormitório. Isso pode ser evidenciado pelo crescimento de domicílios nessa condição de 62,9% (1991) para 81,9% (2010). Por outro lado, o mesmo não aconteceu em relação a infraestrutura urbana, que apontou diferenças territoriais persistentes.

Deste modo, a falta de investimento nas políticas de saneamento, habitação e urbanismo contribuem para o acirramento destas desigualdades e manutenção da exclusão social. Por não serem políticas nem universais e nem regulares, os possíveis avanços ficam ainda mais refém da disputa do fundo público e da política macroeconômica de restrição de gastos, baixo crescimento e formação de elevados superávits fiscais primários, como forma de garantir o mercado estável, incentivar e fazer crescer a economia e gerar empregos (LAVINAS, 2011).

Deste modo, ressalta-se os limites do governo Lula em enfrentar a desigualdade social, ao passo que se identifica a manutenção das estruturas geradoras dessa desigualdade, evidenciada por um alinhamento do seu governo na manutenção de privilégios fiscais em benefício do capital rentista neoliberal (Guerra, 2017). No aspecto social, o recente crescimento do ciclo econômico tenha contribuído para o recuo na desigualdade de renda, estas não foram capazes de alterar o perfil altamente concentrado da riqueza e patrimônio, dado que não se modificou o viés de prevalência das transferências monetárias, sobre a provisão de serviços e de bens

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



públicos. (LAVINAS E GENTIL, 2018). Esta realidade teve continuidade no governo Dilma.

Conforme afirma os autores, Dilma Rousseff ao assumir a presidência em 2011, deu continuidade às políticas adotadas no final do governo Lula. Contudo, diante de um contexto de mudanças nos fatores externos ocasionado pela crise internacional iniciada em 2008, iniciou-se um ciclo recessivo da economia brasileira. Nesta perspectiva, o autor comenta que uma das medidas adotadas pelo governo de Dilma foi a “desonerações tributárias” e isenções de encargos sociais sobre a folha de pagamento de empresas privadas em diversos setores, visando promover o investimento privado e as exportações. Entretanto, ressalta-se que, tais medidas não se converteram em investimento do mercado em ampliação de contratações ou barateamento de produtos. Em 2014, essas desonerações totalizaram um gasto estimado pela Receita Federal de R\$ 282,4 bilhões. Isso representa um valor muito maior em relação ao que foi gasto no período com Saúde (R\$93 bilhões), Educação (R\$93,9 bilhões) e Assistência Social (R\$71 bilhões). (GENTIL,2017). Em suma, o segundo mandato de Dilma foi marcado pela crise internacional e o nível baixo dos preços das *commodities*, e pela crise política associada à perda das eleições de 2014 por Aécio Neves (PSDB), cujo projeto neoliberal de (contra) reforma do Estado estava estagnado desde 1990. Nesta perspectiva, dada pela falta de apoio político e tentativa de assegurar a legitimidade no poder, Dilma, começou a ceder às pressões de direita, adotando estratégias conservadoras, destinadas a dar espaço ao mercado na economia e na provisão dos direitos sociais. Essas medidas expressaram a fragilidade em relação ao compromisso com as garantias de direitos sociais mediante frente ao avanço de medidas de ajustes fiscais de caráter recessivo, que contribuíram para o declínio econômico e um cenário favorável ao impeachment em 2016, fortalecido com a ascensão de Michel Temer (PMDB) à presidência da República.

Com a ascensão de Michel Temer ao poder, houve uma continuidade na redução de gastos com programas sociais, sobretudo pela adoção de uma estratégia

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de expansão fiscal no curto prazo e arrocho fiscal permanente no longo prazo. Temer apostou no corte dos direitos sociais, como denota o Novo Regime Fiscal (NRF), usado nos discursos governistas como justificativa para a aprovação da contra(reforma) trabalhista, que trouxe ainda mais precarização à relações de trabalho, frente a perda de direitos; e ainda a aprovação da pela Emenda Constitucional 95/2016. Esta ementa impede por 20 anos a expansão do orçamento, em particular, das despesas públicas discricionárias nas políticas de saúde e educação, ciência acentuando assim, a política de austeridade, em particular, a fiscal (SALVADOR, 2020).

No final de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, temos no país, a ascensão da chamada “Nova Direita”, que ao adotar medidas, revestidas de neoliberalismo com conservadorismo (Potyara, 2020), sustentaram-se por medidas autoritárias de tom fasticista. Destaca-se nesse contexto a (contra) reforma trabalhista, que destitui a classe trabalhadora mais uma vez de direitos conquistados historicamente, empreendeu um descontínuo desfinanciamento das políticas públicas evidenciado pelo desrespeito aos pactos democráticos. A partir desse contexto, o próximo item dedica-se a estudar as relações de In(ex)clusão social dos territórios intra urbanos à Paranaíba, considerando para tanto, a permanente desigualdade social persistente no país.

2.2- Territórios e suas relações de Inclusão/ Exclusão em Paranaíba PR

Conforme destaca Vieira (2010), o conceito de exclusão social, permite identificar os processos negativos das desigualdades sociais, bem como possibilita conhecer as matrizes excludentes e como estas são produzidas, conferindo novas possibilidades de abordagem. Rolnik (1999) ao cunhar o termo exclusão territorial, afirma que a proposta de relacioná-lo com o conceito de exclusão social, permite analisar como e por que indivíduos e grupos não conseguem ter acesso ou beneficiar-se das possibilidades oferecidas pelas sociedades e economias. Como afirmado nos estudos de Santos (2000) o território em si, não é um conceito, ele só se torna um conceito utilizável para a análise social a partir do momento que é pensado

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



juntamente com os atores, ou seja, os sujeitos que dele se utilizam. Sob essa perspectiva, Koga (2003) traz que o território retrata o exercício da vida ativa na sociedade, bem como as desigualdades sociais expressas pelas condições de vida entre moradores de uma mesma cidade, como é a cidade de Paranavaí.

2.2.1. Mapeamento da relação Inclusão Exclusão Social em Paranavaí

O município de Paranavaí localiza-se no Noroeste paranaense, a 504 km da capital Curitiba. Com população estimada de 89.454 habitantes e área da unidade territorial de 1.202,266 km², Paranavaí se classifica como uma cidade de médio porte. (IBGE,2021). O território de Paranavaí é administrativamente subdividido em 6 macrozonas sendo elas: Macrozona de Restrição Ambiental; Macrozona Agropecuária; Macrozona de Agroindústria; Zona de Urbanização Específica – Vila Rural; Eixo de desenvolvimento turístico e Macrozonas Urbanas (PARANAÍ, 2021).

O mapa abaixo, elaborado pelo Grupo de Estudos em Estado, Administração e Políticas Públicas (Gepop) da Universidade estadual do Paraná (Unespar), em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas "Sociedade, Ambiente e Geotecnologias" (GEPAG), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), refere-se ao mapa síntese dos 10 indicadores elencados para o estudo. Foi desenvolvido através do georreferenciamento de dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), último censo oficial realizado no Brasil.

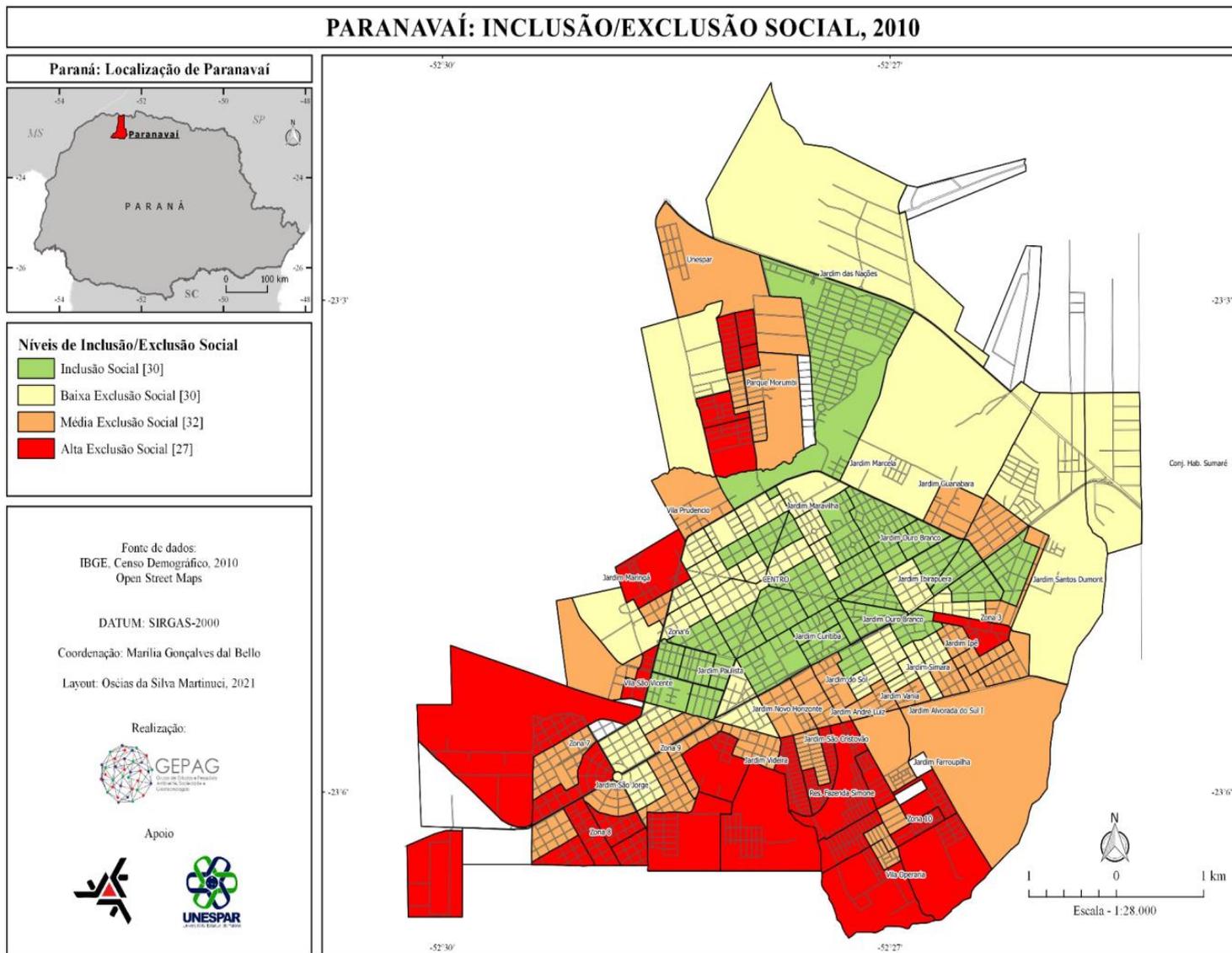
PROMOÇÃO



APOIO



Figura 1 -Mapa inclusão/exclusão social de Paranavaí, 2010



O mapa síntese acima, nos possibilita identificar as áreas que apresentam melhores ou piores indicadores de inclusão/exclusão social.

A desigualdade espacial visualmente apresentada pelo mapa, revela um espaço urbano constituído por processos de exclusão histórico, que se mantém desde a gênese da cidade, como apontado pelo Plano Diretor do município de Paranavaí. Considerada as subdivisões postas no plano diretor, é possível observar, pela forma com que a cidade foi dividida, que desde o seu planejamento foram traçadas as áreas

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de maior inclusão social e conseqüentemente as mais excluídas.

Exemplo disso, foi a definição das Macrozonas de Adensamento, destinadas para moradia, pois essas áreas de ocupação efetiva se concentram em regiões mais distantes do centro de Paranavaí. Isso acaba por impulsionar o deslocamento das classes de menor poder aquisitivo para as extremidades da cidade, em busca de condições possíveis de moradia. Em contrapartida, as Macrozonas de Consolidação reservadas para residências unifamiliares, são regiões melhor localizadas, com maior infraestrutura e lazer, e conseqüentemente mais caras, contribuindo assim para que estes espaços sejam ocupados apenas pela população representante dos estratos médio e alto. Mellazzo e Guimarães (2010), ao afirmarem em seus estudos sobre os rebatimentos da legislação urbanística na reiteração de processos excludentes, concluem que a questão não é a falta de legislação, mas sim o uso feito dela, quase sempre, em favor dos interesses do mercado ou ao uso subordinado da propriedade privada da terra, em detrimento da sua função social. Nesta perspectiva, Rolnik (2002) comenta que as cidades brasileiras se definem pelos profundos contrastes existentes nas condições urbanas distintas, que são muitas vezes conflitantes, no interior da mesma cidade. E é nessa contraposição urbanística que se expressam formas de desigualdade, correspondente a uma situação de exclusão territorial.

Mantem-se assim em Paranavaí, uma realidade socioespacial segmentada, polarizada entre as regiões Norte e Sul produzindo uma distância territorial entre os bairros na cidade de Paranavaí. A região Sul, destacada em vermelho como sendo de alta exclusão social, está relacionada ao ausente e/ou precário acesso às políticas públicas como as de saneamento básico, educação, habitação e renda, que acabam por acirrar esse processo de exclusão como consequência da desigualdade social estrutural no Brasil. Em contrapartida, as áreas centrais, destacadas em verde, se referem às regiões com alto índice de inclusão social, ou seja, com mais acesso à serviços públicos e com famílias de melhor poder aquisitivo. A região Norte, destacada em tom de amarelo, possui um nível de baixa exclusão social. Além destas, chama atenção ainda, o indicador de média exclusão social em tom laranja, que se

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

faz presente em menores proporções, perpassando a cidade e dividindo as regiões mais excluídas e as menos incluídas.

Este processo pode ser melhor observado ao compararmos o estudo em questão com a tese de doutorado desenvolvida por Bernardino (1999), realizado em 1999, com 14 moradores de setores urbanos. As reflexões do autor, estão voltadas para uma análise socioespacial sobre as condições econômicas e sociais dos chefes de famílias do quadro urbano de Paranavaí. Com base nos estudos de Bernardino (1999), observou-se que as mesmas áreas apontadas pelo autor como sendo as mais precárias, pelas condições econômicas-sociais dos moradores entrevistados, são as mesmas identificadas no Mapa, na figura 1.

Exemplo disso é a área localizada na porção Norte do perímetro urbano, destacada em vermelho. Esta área foi apontada como periférica no estudo de Bernardino (1999) por ser uma região onde se concentram os moradores de menor poder aquisitivo da cidade, com chefes de família mais jovens, baixo nível de instrução, e menor acesso a políticas públicas de saneamento. Em contrapartida, o estudo do autor apontou o Jardim Ouro Branco, localizado na porção centro-leste da cidade de Paranavaí, como território onde se encontravam 14,28% dos moradores mais ricos da cidade, com renda entre 11 a 20 salários mínimos, além do bom nível de suas residências que evidenciam um padrão de vida elevado.

Deste modo, considerando cerca de 10 anos, os resultados obtidos por Bernardino (1999), em relação aos encontrados a partir do estudo do mapa (figura 1), é possível afirmar que, nos últimos 10 anos, não houve considerável alteração em relação às áreas de exclusão/inclusão social em Paranavaí. Constata-se que mesmo com as políticas nos governos petistas, as quais tinham como propósito o enfrentamento às desigualdades sociais, focada na transferência de renda e sem alterações nas relações do Estado com o capital neoliberal rentista, não foram suficientes para alterar as discrepantes desigualdades expressas no território intraurbano, como as que se fazem presente no território de Paranavaí

Considerações Finais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O estudo realizado teve como foco compreender as relações de In (Ex)clusão social e suas expressões nos territórios intraurbanos ao município de Paranavaí, tendo como referência o período de 2010 a 2020, conforme dados do último censo realizado no Brasil. Os dados revelaram que os estratos sociais de maior renda, ocuparam desde o início, as regiões melhor localizadas do município e suas proximidades. Regiões estas que desde o surgimento, foram definidas no Plano Diretor de Paranavaí, como áreas residenciais loteadas destinadas à estratos sociais mais altos, recebendo assim, maior investimento em infraestrutura e lazer. Essa realidade que se mantém até os dias atuais. Essa condição relegou aos estratos de renda mais baixo, a vivência nas regiões mais periféricas da cidade, com menos acesso a políticas públicas, como de saneamento, de infraestrutura e de lazer.

Isso nos permite considerar que, as desigualdades em Paranavaí se mantém historicamente, apresentando pouca ou nenhuma mobilidade. Isso sinaliza para a urgência de se avançar em propostas de alterações das estruturas das desigualdades sociais, com capacidade de priorizar demandas por políticas públicas, latentes em territórios excluídos, em detrimento de interesses do mercado, expresso pelo rentismo ou apropriação dos espaços urbanos para fins privados. Com a eleição do governo Lula, em seu terceiro mandato, a partir de 2023, perspectivas se colocam frente a retomada do respeito aos pactos democráticos, com garantia a participação social, e compromissos com a retomada do financiamento das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: inclusão das outsiders.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, 2018.

BERNARDINO, V.M.P. **Processo de Ocupação do Município de Paranavaí: A Mobilidade da Força de Trabalho e sua Distribuição Espacial.** Tese de Doutorado. Unesp, 2000.

GENTIL, Denise Lobato. **Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: A opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-**

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



2015). Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. 46 /janeiro 2017– abril 2017

GUERRA, *et al.* (org.). **Brasil Recessão e Golpe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Características territoriais dos aglomerados subnormais e suas diferenças das demais áreas das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. investimento social. Ciênc. Saúde coletiva, Dez. 2007.

IPARDS- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais**. Paranaíba. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/c>. Acesso em: 14 Dez, 2022.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MELAZZO. E.S; GUIMARÃES. R.B. Ponto de Partida: **a desigualdade social e a definição da política urbana**. In: MELAZZO. E.S; GUIMARÃES.R.B. Exclusão social em cidades brasileiras. Editora Unesp: São Paulo, 2010.

LAVINAS, L. **Política Social no Brasil e seus efeitos sobre a pobreza e a desigualdade**. Seminário internacional Proteção social e Cidadania, Barcelona. 2011.

LAVINAS, Lenas; GENTIL, Denise L. “Brasil anos 2000: **A política social sob a regência da financeirização**”. Novos Estudos CEPRAB. São Paulo, 2018.

PEREIRA, P.A. **Reestruturação Perversa dos fundamentos éticos da política social: do ethos solidário à moral egoísta**. In PEREIRA.P.A.P (org) Ascensão da Nova Direita e Colapso da Soberania Política. Editora Cortez: São Paulo, 2020.

ROLNIK, R. Exclusão Territorial e Violência. São Paulo Perspec. 13 (4).Dez 1999. Disponível em <https://www.scielo.br/>

SALVADOR, Evilásio. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil.

SANTOS, Milton et al. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Acesso em: 21 jun. 2023, 2001

VIEIRA, B.A; FURINI. L.A. **Exclusão social: a formação de um conceito**. In: MELAZZO. E.S; GUIMARÃES.R.B. Exclusão social em cidades brasileiras. Editora Unesp: São Paulo, 2010.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL



REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

PROMOÇÃO



APOIO

